



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

HORROROSA COMÉDIA BRASILEIRA: APONTAMENTOS SOBRE O GOVERNO BOLSONARO E OS DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL FRENTE À CRISE CAPITALISTA

NATALIA LORENA MOREIRA¹

RESUMO

O trabalho busca tecer apontamentos sobre a relação do Bolsonaro com a crise capitalista, enfatizando sua constituição neoliberal. Destaca-se o viés fundamentalista religioso neopentecostal. Nessa conjuntura o Serviço Social precisa atuar mantendo o compromisso com os valores do projeto político hegemônico. A profissão é desafiada: remar no rio do inferno neoliberal-fundamentalista religioso.

Palavras-chave: Bolsonarismo, neoliberalismo, fundamentalismo religioso, Serviço Social.

RESUMEN

La obra busca tomar notas sobre la relación de Bolsonaro con la crisis capitalista, enfatizando su constitución neoliberal. Destaca el sesgo fundamentalista religioso neopentecostal. El Trabajo Social necesita actuar manteniendo su compromiso con los valores del proyecto político hegemónico. La profesión está desafiada: remando en el río del infierno fundamentalista neoliberal-religioso.

Palabras clave: bolsonarismo, neoliberalismo, fundamentalismo religioso, Trabajo Social.

No meio do caminho desta vida
me vi perdido numa selva escura,
solitário, sem sol e sem saída.
(Dante Alighieri)

¹ Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Introdução

No século XVI, Dante Alighieri escreveu um poema que se tornou célebre na literatura italiana e mundial: “A Divina Comédia”. Suas alegorias giram em torno de elementos teleológicos, numa narrativa filosófica, a qual debate sobre o desespero da humanidade perdida numa viagem ao [seu próprio] inferno.

Nesse sentido, ao analisarmos o Estado neoliberal, durante o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022) e os desafios impostos ao Serviço Social; traçamos paralelo a esse desespero dantesco. Analisando uma conjuntura marcada pelo encontro do neoliberalismo com os elementos do fundamentalismo religioso cristão, os quais alçaram a classe trabalhadora na barca que pretendia navegar pelo inferno do acirramento da agenda neoliberal.

O Estado burguês na atualidade assume o receituário neoliberal como norte fundamental. Importante salientar que o governo não determina o Estado, que é expressão das relações sociais produzidas pela sociabilidade engendrada no sistema capitalista. Assim, o governo Bolsonaro é o próprio Estado neoliberal sob uma necessidade imposta pelas classes dominantes de manter o poder e a hegemonia. Dessa forma, as políticas sociais são descaracterizadas, sucateadas e desfinanciadas.

Essa realidade atinge drasticamente o Serviço Social e cria enormes desafios cotidianos aos seus profissionais, inseridos nos mais diversos processos de trabalho. Isso ocorre na medida em que há redução dos espaços socio-ocupacionais e também pela perda dos direitos sociais, os quais historicamente são respostas às expressões da “questão social”, essa última objeto de intervenção da profissão.

1. O inferno: Estado Neoliberal e Bolsonarismo

O Brasil nos últimos anos foi o cenário do avanço da extrema-direita, impulsionada pelos ditames dos interesses imperialistas e calcada nas orientações do Banco Mundial. Nesse contexto emergiu o fenômeno do bolsonarismo, o qual se instituiu e ultrapassou a eleição do candidato Jair Bolsonaro à presidência da República. Compreender esse processo torna-se fulcral para desvelar como se constitui a política social durante o governo bolsonarista. Destacando-se os ataques aos direitos sociais, mesmo aqueles oriundos da própria ordenação social, ou seja, os direitos civilizatórios.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Tecer apontamentos sobre o governo Bolsonaro exige trazer à tona os próprios fundamentos do Estado neoliberal, o qual emerge como uma resposta burguesa à crise estrutural dos anos 1970. Nessa seara, o Estado como bem já analisou Lenin (2010) não é uma força estranha e/ou neutra ao capital, mas sua expressão, cumprindo o papel de participar da reprodução desse sistema, como um produto do antagonismo inconciliável das classes.

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classe não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis [...] Para Marx, o Estado não poderia surgir nem subsistir se a conciliação das classes fosse possível (Lenin, 2010, p.27).

A crise de 1970 rompe com a criação, quase dramática, dos “anos dourados”, na qual havia na sociedade a ilusão que o capitalismo conseguiria cumprir sua tarefa civilizatória. Desse modo, garantir ao conjunto da humanidade condições de bem estar social, por meio do acesso à renda, ao pleno emprego e aos direitos sociais. Contudo, o capitalismo se trata de um modo de produção essencialmente desumano, cuja expansão é guiada pelo lucro, em detrimento à vida humana e ao meio ambiente. Sendo assim a sociedade burguesa só alcançou o triunfo de ser um modo de produção com proporções globais, porque renegou a centralidade humana na sociedade. Sobrepôs o “valor de troca” ao “valor de uso”, este último servindo para legitimar o primeiro. Com isso, compreende-se que os antagonismos presentes na sociabilidade do capital são estruturais, impedindo que haja possibilidade para seu reformismo, como estava implícito no ideário dos “anos dourados”, pautados por política econômica Keynesiano-fordista².

O capital pode emergir e triunfar sobre seus antecessores históricos como um sistema de controle sociometabólico pelo abandono de todas as considerações da necessidade humana vinculada às limitações dos valores de uso não qualificáveis, sobrepondo-lhes como pré-requisito absoluto de sua legitimação para se tornarem alvos aceitáveis de produção – os imperativos fetichistas do valor de troca quantificável e sempre expansivo. Eis como a forma historicamente específica só sistema capital: sua variedade burguesa capitalista passou a existir (Mészáros, 2007, p.56).

O Estado assume um papel fundamental e profundamente vinculado à expansão do capital globalizante, na iminência de proporcionar dentro do contexto de crise a estabilidade de

² Esse pacto é à base dos “anos dourados” do capitalismo. “Segundo Keynes, cabe ao Estado, a partir de sua visão de conjunto, o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia. [...] Ao keynesianismo agregou-se o pacto fordista – da produção em massa para o consumo de massa e dos acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista em torno dos ganhos de produtividade do trabalho. O fordismo, então, foi bem mais que uma mudança técnica, com a introdução da linha de montagem e da eletricidade: foi também uma forma de regulação das relações sociais, em condições políticas determinada” (Behring e Boschetti, 2011, p.85-86).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

acumulação do sistema. Estrategicamente para manter a própria expansão, desde o século XX, a classe dominante foi forçada a admitir a intervenção do Estado no processo de reprodução socioeconômica, para controlar as crises inerentes ao capitalismo.

Os teóricos pioneiros do neoliberalismo afirmavam que a raiz da crise estava no poder dos sindicatos, no período dos “anos dourados” a articulação do movimento operário possibilitou à classe trabalhadora concretizar algumas reivindicações. Sendo que para os autores do neoliberalismo o movimento operário “[...] havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais” (Anderson, 1995, p. 2). Assim, o ideário neoliberal defende o Estado interventivo nas relações sociais, desde que sirva com veemência ao capital. O objetivo principal da política de Estado torna-se estabelecer condições para garantir a estabilidade monetária, conter os gastos sociais, reduzir as intervenções econômicas e minimizar o poder dos sindicatos.

Genericamente os governos fundamentados no neoliberalismo conseguiram elevar as taxas de juros, diluíram os impostos sobre os rendimentos altos, promoveram legislações anti-sindicais, tornaram o desemprego massivo, diminuíram a emissão monetária, deslegitimam o ideário comunista e incentivaram a privatização dos serviços públicos. Entretanto, o intuito das políticas neoliberais era restabelecer as taxas de crescimento do capital, mas nesse âmbito não houve êxito notório, visto que a taxa de acumulação cai nos anos 1980 (Anderson, 1995), isso devido ao fato de que a “desregulamentação” tão difundida no período impulsionou mais as condições para a inversão especulativa e não a produtiva.

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se às suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes. A tarefa de seus opositores é a de oferecer outras receitas (Anderson, 1995, p.13).

Com isso, no Brasil, destacadamente nos governos bolsonaristas, o neoliberalismo fundiu-se aos preceitos do fundamentalismo religioso, essa fusão culminou em ataques mais severos às classes trabalhadoras e aos seus direitos. Intensificou a própria agenda neoliberal, ao



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

passo que a desregulamentação, a privatização e flexibilização foram à tônica das ações governamentais de maneira massiva, um período de crise sanitária mundial (provocada pela Covid-19). Isso em um país já abalado pela crise econômica de 2008. Essa intensificação dos valores neoliberais demarca o governo do presidente Jair Bolsonaro, exprimindo seu compromisso com os setores dominantes do capital.

Na modernidade existe uma larga ingerência das bases religiosas de caráter conservador na da vida coletiva, numa proposta de disputa pela direção do Estado. É possível relacionar o avanço da onda neopentecostal (fundamentada na teologia da prosperidade) com a crise da Modernidade, sendo essa uma expressão da própria crise capitalista. Pontuamos que essa representação não se encerra na figura do ex-presidente Bolsonaro, porque se adota a consideração de que o bolsonarismo é expressão da luta de classes, notoriamente como uma ofensiva da classe dominante, num cenário de recessão da organização da classe trabalhadora. "Seria uma nova etapa do projeto neoliberal, com a conjugação de um projeto ultraconservador, que busca naturalizar desvalores, para legitimar o neofascismo e que vai repercutir - diretamente - nos estratos mais baixos da classe trabalhadora" (Borges e Matos, 2020, p. 80).

Para compreensão desse processo, é fundamental resgatar a concepção marxista de que as religiões são expressões próprias das relações de produção³. Ou seja, o ser social se relaciona para produzir e reproduzir as condições materiais da sua própria existência, por meio do trabalho. Sendo esse processo controlado pela classe que detém o poder econômico, a burguesia, que dessa maneira também domina a reprodução de outras dimensões das relações sociais como, por exemplo: a política, religião e cultura.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (Marx e Engels, 2007, p.47).

Ademais, Bolsonaro se constituiu como um tipo messias (fabricado pelos interesses do capital) representante da ética neopentecostal. Essa postura está presente em seus discursos e

³ De maneira simplificada, para Marx, o capital pode ser compreendido como uma relação de produção, em que a burguesia detém o controle dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida. Ver mais MARX, Karl; O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx; [tradução de Rubens Enderle]. - São Paulo: Boitempo, 2013.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

frases de efeito tais como: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” e “Deus, pátria, família”. Esta última de caráter abertamente fascista, inspirada no movimento criado pelo jornalista Plínio Salgado, em 1932, quando lançou a Ação Integralista Brasileira (AIB), baseada nas ações fascistas no cenário europeu no pós Primeira Guerra Mundial. Nesse sentido, a reflexão segue em torno dos elementos de continuidade que o neofascismo estabelece com o fascismo do século XX, não numa pretensa interpretação anacrônica da realidade histórica. Almeida (2020) ao construir análises do discurso fascista e neofacistas brasileiros, nos elucida sobre os sentidos contidos nessa frase relacionados com integralismo e populismo de direita deste século.

A palavra “Deus” [...] indica a influência religiosa cristã dos integralistas, estando à figura divina em primeiro lugar e ocupando o cimo da estrutura hierárquica social, já que Deus era quem “que dirigia o destino dos povos”. “Pátria” era por eles definida como “nosso lar”, intentando-se, desta forma, apresentar uma unidade da população brasileira dentro do território, principalmente como uma contraposição à divisão da sociedade em classes. Os integralistas pretendiam alcançar essa unidade através da constituição de um “Estado integral”, que harmonizaria os diferentes interesses existentes no seio da sociedade. Por fim, “família” aparece como a menor unidade de organização social dentro da proposta integralista, sendo “o início e fim de tudo”, a garantia da manutenção da tradição (Almeida, 2020, p.173).

Importante destacar que, o governo do Presidente Bolsonaro foi uma expressão da política controle social da classe trabalhadora, a qual prima pela manutenção da ordem social, pautada em posturas autoritárias e de enfraquecimento da democracia. Sendo um governo que reproduziu uma lógica condizente com os princípios moralistas pautados por preconceitos de classe, raça e gênero. Apoiado por representantes dos setores extremamente conservadores tais como: agronegócio, neopentecostais e radicais neoliberais. Culminando em defesas e ações que reproduziam ideais neofascistas⁴ e de extrema direita.

Portanto, o combate ao bolsonarismo representa combater éticas e metodologias, que justificam e institucionalizam a lógica desumana própria do capitalismo; a qual explora e mata cotidianamente pessoas da classe trabalhadora e destrói o meio ambiente.

2. O purgatório: desafios para o Serviço Social brasileiro frente à questão social

⁴ No século xxi, em um contexto de «crise orgânica» muito específico – em que a perda de legitimidade dos projetos hegemônicos centrados nas políticas neoliberais não se confronta com a perspectiva viva da revolução socialista, como ao fim da Primeira Guerra – o hibridismo, a adaptabilidade e a mutabilidade do fascismo se manifestam na (re) emergência de ideologias, movimentos, partidos e lideranças (embora ainda não regimes políticos) que podem ser definidos como (neo) fascistas. O prefixo «neo» serve apenas para acentuar que não se trata de uma simples repetição mecânica do fascismo histórico, sendo necessário entender tanto as especificidades do contexto em que emerge, como também as diferenças do fascismo do século XXI (Badaró, 2022,p.30-31)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No modo de produção capitalista ocorreu um fenômeno peculiar: o pauperismo. Identificado ainda em sua fase industrial/concorrencial – porque ao mesmo tempo em que houve a possibilidade de atender as necessidades de toda humanidade, pois o desenvolvimento das forças produtivas permitiu aumentar a capacidade de produção social de riqueza – na mesma medida aumentou a pobreza, que passa a ser produzida pelas mesmas condições que permitiriam sua redução e/ou superação essa constitui uma contradição inexorável desse sistema, “Pela primeira na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (Netto, 2011, p.153, grifos do autor).

Sendo assim, o termo “questão social” surge para designar esse fenômeno do pauperismo e abarcar seus desdobramentos sociopolíticos. Ou seja, o capital no processo do seu desenvolvimento produz a “questão social”, que apresenta nas particularidades dos diversos estágios desse modo de produção vigente diferentes expressões, com isso no capital financeiro observamos um agravamento das expressões da “questão social”.

O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações “tradicionais” da “questão social”, a emergência de *novas expressões* da “questão social” que é insuprível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é sua razão de ser (Netto, 2011, p.60).

As políticas sociais⁵ e as formas proteção surgem como meio de enfrentamento às expressões multifacetadas da “questão social”; ao passo que no desenvolvimento do modo de produção capitalista as refrações da “questão social” se intensificaram, houve o processo de luta engendrado pelos trabalhadores e movimento operário exigindo respostas a essas mazelas criadas pelo capitalismo, pois as expressões da “questão social” se concretizam, sobretudo, na vida dos sujeitos da classe trabalhadora. Assim, as forças dominantes encobriam ao Estado a mediar à intervenção frente às expressões da “questão social”.

⁵ As políticas sociais são concessões/conquistas mais ou menos elásticas, a depender da correlação de forças na luta política entre os interesses das classes sociais e seus segmentos envolvidos na questão. No período de expansão, a margem de negociação se amplia; na recessão, ela se restringe. Portanto, *os ciclos econômicos, que não se definem por qualquer movimento natural da economia, mas pela interação de um conjunto de decisões ético-políticas e econômicas de homens de carne e osso, balizam as possibilidades e limites da política social* (Behring, 2006, p.19, grifos da autora).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Dessa forma, há dimensões intrínsecas às políticas sociais, destacadamente, a do direito e a do controle; ambas referindo-se à classe trabalhadora. Nesse sentido se configurando as políticas sociais – que por se apresentam de forma focalizada, visto que possuem como alvo tratar as específicas manifestações e não a superação da própria “questão social”, o que na verdade demandaria uma mudança estrutural.

O fato de que as demandas são atendidas a partir de mobilizações e pressões vindas do exterior do aparato estatal permite que aqueles que conquistam algum atendimento se reconheçam como representados nele. Por trás daquela resultante, porém, está um processo peculiar: a intervenção estatal sobre a “questão social” se realiza [...] fragmentando-as e paralisando-a. E não pode ser de outro modo: tomar a “questão social” como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente a relação capital/trabalho – o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa. Enquanto intervenção do Estado burguês no capitalismo monopolista, a política social deve constituir-se necessariamente em *políticas sociais*: as sequelas da “questão social” são recortadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escola, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas (Netto, 2011, p.32).

Diante disso, a forma estruturada pelo Estado capitalista para responder às expressões da questão social, no final do século XIX, diante da efervescência das disputas dos interesses de classes, foi, sobretudo repressiva, caracterizando uma ação punitiva, no cerne de um Estado com viés policial. E pouco incorporou as demandas da classe trabalhadora. A forma do Estado Liberal de lidar com as desigualdades sociais demarca as primeiras as primeiras iniciativas de políticas sociais, visto que será continuada no Estado Social. Como afirmam Behring e Boschetti (2011), “Em outras palavras, não existe polarização irreconciliável entre Estado liberal e Estado social [...] não houve ruptura radical entre o Estado liberal predominante no século XIX e o Estado social capitalista do século XX.” (Behring e Boschetti, p.63,2011).

As políticas sociais geridas pelo Estado neoliberal pactuado pelo Bolsonarismo recente no Brasil possuem como tendências principais a privatização, a focalização e a desresponsabilização estatal. Isso no período de intensificação das expressões da “questão social”, com destaque para o desemprego estrutural. Ao mesmo tempo, as políticas sociais se configuram como espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, de modo que, nessa conjuntura citada há o processo de precarização das condições de trabalho, das ofertas de emprego e entraves para o próprio fazer profissional alinhado com valores emancipadores do trabalho.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sendo assim, novos desafios emergem para o Serviço Social. Num contexto de sucateamento das políticas sociais e do desmonte de direitos, o trabalho profissional encontra dilemas estruturais para responder às expressões da questão social. Isso impacta negativamente o exercício profissional, visto que o assistente social não possui a totalidade dos recursos necessários para efetivação de seu trabalho, para tanto depende que as instituições empregadoras os forneçam. Além disso, o exercício profissional também é balizado pelo estatuto assalariado, logo afetado pela dinâmica de reestruturação produtiva do capital contemporâneo em crise estrutural. Como afirma com Iamamoto (2015)

Embora regulamentada como uma profissão liberal na sociedade, o Serviço Social não se realiza como tal. Isso significa que o assistente social *não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho: financeiros, técnicos e humanos necessários ao exercício profissional autônomo*. Depende de recursos previstos nos programas e projetos da instituição que o requisita e o contrata por meio dos quais é exercido o trabalho especializado. Em outros termos, parte dos meios ou recursos materiais, financeiros e organizacionais necessários ao exercício desse trabalho são fornecidos pelas entidades empregadoras. Por tanto, a condição de trabalhador assalariado não só enquadra o Assistente Social na relação de compra e venda da força de trabalho, mas *molda* a sua inserção socioinstitucional na sociedade brasileira (IAMAMOTO, 2015, p.63, grifos originais).

Sob o governo do ex-presidente Bolsonaro as políticas sociais sofreram diversas reconfigurações, as quais confrontavam diretamente os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Muitos desses ataques foram proferidos à seguridade social, que representa uma das maiores conquistas do povo brasileiro na Carta Constitucional de 1988⁶, sendo um destaque para os direitos humanos na América Latina. Importante pontuar que Bolsonaro foi denunciado por crimes contra a humanidade e genocídio, no Tribunal Penal Internacional. Essas denúncias versavam sobre suas ações negligentes diante a pandemia da Covid-19 e pelos crimes ambientais na Amazônia, aliados ao incentivo à violência contra a população indígena.

Nesse âmbito, notoriamente, a Previdência Social sofreu profundas modificações e desmontes, convenientemente chamadas de “reformas”. Essas alterações afetaram, sumariamente, os valores dos benefícios, o tempo necessário de contribuição e o aumento da idade do beneficiário. Assim, passou-se a vigorar a exigência de sessenta e cinco anos de idade para homens; e 62 anos de idade para mulheres. Além da necessidade de quinze anos de

⁶ Antes do governo Bolsonaro as iniciativas neoliberais já se colocavam em confronto à seguridade social, sendo esse movimento contínuo. “Praticamente todos os princípios constitucionais estão sendo desconsiderados profundamente: a universalidade dos direitos, a uniformidade e equivalência dos direitos, a diversidade de financiamento no sentido de transferir recursos do capital para o trabalho e a gestão democrática e descentralizada. Todos esses princípios estão sendo gradualmente diluídos em sucessivas contrarreformas ou medidas tidas como de natureza técnica, mas que, na verdade, têm um nítido sentido político de desestruturação da seguridade social” (Bochete, 2007, p.12).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

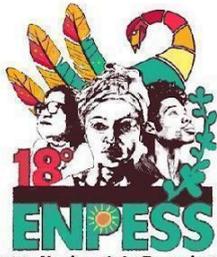
contribuição. Outra mudança refere-se ao benefício do salário integral, cujas condicionalidades passaram a ser: quarenta anos de trabalho ininterruptos para homens, trinta e cinco para as mulheres. As transformações da previdência afetaram drasticamente os direitos do trabalho, inclusive, é possível considerar os males que causaram a saúde do trabalhador ao longo prazo.

A partir disso, as mudanças que ocorrem na organização da sociabilidade, tendo como referência a particularidade da realidade brasileira, permeada pelo neoliberalismo e pelo fundamentalismo religioso, impuseram aos assistentes sociais nesse tempo histórico dilemas e desafios. Sobretudo, no que diz respeito, ao compromisso de reafirmar na sociedade o ético-político hegemônico. Ou seja, defender um projeto profissional vinculado a um novo projeto societário, que vislumbre a emancipação humana; num contexto político de profundo conservadorismo desvelado.

A consolidação do projeto ético-político profissional que vem sendo construído requer remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionam mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade [...] Teimamos em reconhecer a liberdade como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas. Aquele reconhecimento desdobra-se na defesa intransigente dos direitos humanos, o que tem como contrapartida a recusa do arbítrio e de todos os tipos de autoritarismo [...] Intimamente relacionada, encontra-se a afirmação prático-política da democracia nas várias dimensões da vida em sociedade no horizonte de aprofundamento dos princípios democráticos, como socialização da riqueza socialmente produzida, da política e da cultura (Imamoto, 2015, p.141, grifos originais).

Sendo assim, investigar as particularidades históricas e os significados do Serviço Social no cenário contemporâneo, permite ao assistente social apreender as possibilidades da própria práxis profissional. Além de compreender as exigências concretizadas na realidade que atuam como propulsoras das mudanças e/ou os redimensionamentos da profissão diante da dinâmica contraditória em que se insere, possibilitando combater ações conservadoras e antidemocráticas, no interior da própria profissão. Como afirma Imamoto (2015), “O Serviço Social brasileiro, nas últimas décadas, redimensionou-se num forte embate contra o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador, adequando criticamente a profissão às exigências do seu tempo” (Imamoto, 2015, p.225).

3. Considerações finais



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Diferentemente da “Divina Comédia”, nas relações sociais brasileiras não se chega ao Paraíso. Assim, no Brasil ainda resiste à ofensiva neoliberal somada ao fundamentalismo religioso. As contrarreformas das políticas sociais implementadas sob o governo Bolsonaro continuam afetando diretamente à classe trabalhadora, a qual permanece [sobre] vivendo neste tempo histórico com menos do mínimo necessário para se viver.

Dessa forma, o pacto selado entre neoliberalismo e o fundamentalismo religioso provocou desastrosas consequências às políticas sociais e aos direitos sociais. Diante de um contexto socioeconômico de crises (econômica, social e sanitária), que repercutiram no aprofundamento das expressões da questão social. Isso colocou a classe trabalhadora numa situação de profunda fragilidade em conseguir acessar as condições dignas para sua reprodução social.

Os governos bolsonaristas são a expressão da forma mais cruel do capitalismo manter sua hegemonia, a ponto de atacar até dos direitos civilizatórios e incitar a violência com o viés moral atrelado à irracionalidade.

Referências

ALIGHIERI, Dante. A Divina Comédia. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia e S.Paulo, Ed.da. Universidade de S.Paulo, 1979.

ALMEIDA, João Paulo Martins de. “Deus, pátria e família”: os sentidos do fascismo brasileiro, do integralismo ao populismo do século XXI. In. *Entheoria: Cadernos de Letras e Humanas*, Serra Talhada, n. 7, vol. 2: 163-178, Jul/Dez. 2020.

ANDERSON, Perry Balanço do Neoliberalismo In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BADARÓ, M. Governo Bolsonaro Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. In: *Relações Internacionais*, nº73, Portugal, 2022. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/RI73/RI73_art03_MBM.pdf (acesso 28/08/2024)

BEHRING, E. R. Fundamentos de Política Social. In: MOTA, Ana Elizabete. *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história* - 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BORGES, Maria Elizabeth S.; MATOS, Maurílio Castro de. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de; FREIRE, Silene de Moraes (Orgs.). Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: CFESS ABEPSS (Org.). Serviço social: direitos e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

IAMAMOTO, M. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional - 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M, CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviços Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica- 26 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LENIN, V.I. O Estado e a Revolução. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I. Tradução Rubens Enderle – 3 ed- São Paulo: Boitempo,

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia Alemã. Tradução Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZAROS, I O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. A crise estrutural do capital. In: Revista Outubro – 4 ed.2015.

NETTO, JP. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social” In: Capitalismo Monopolista e Serviço Social – 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Ditadura e Serviço Social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.